

O papel do trabalho agrícola no espaço rural dos pequenos municípios do Paraná

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra¹

Alfio Brandenburg²

RESUMO

O presente artigo analisa as mudanças nas ocupações dos pequenos municípios do Estado do Paraná, com base nos censos demográficos de 2000 e 2010. A análise do período permite observar que, nesses municípios, as ocupações do setor agrícola ainda são uma das principais fontes de emprego e que as mudanças demográficas têm afetado os arranjos familiares, assim como as relações de trabalho. Enfatiza que as diferentes regiões do Estado mantêm sua heterogeneidade nos indicadores observados, em especial, nas suas relações com o trabalho agrícola.

Palavras-chave: agrícola, rural, heterogeneidade

SUMMARY

This article analyzes the changes in the occupations of small municipalities of Paraná State, based on the population census of 2000 and 2010. A period analysis allows us to observe that these municipalities occupations in the agricultural sector are still a major source of employment, and that demographic changes have affected family structure and labor relations. Emphasizes that the different regions of the State maintain heterogeneity observed in the indicators, especially in its relations with the farm work.

Keywords: agricultural, rural, heterogeneity

1 INTRODUÇÃO

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram que as mudanças nos indicadores de ocupação mantêm suas particularidades espaciais nas mesorregiões do Estado do Paraná, sendo que cada uma delas apresenta diferentes tendências na última década; em determinadas mesorregiões, seus municípios ainda apresentam considerável participação das ocupações agrícolas no total de ocupados.

¹IPARDES. E-mail: anael@onda.com.br

²UFRPR. E-mail: alfio@onda.com.br

Neste artigo³, observaremos a distribuição da ocupação da população nos pequenos municípios paranaenses, a fim de identificar a preponderância das atividades *agrícolas* e *não agrícolas*⁴ no período em estudo e as mudanças dessas atividades ocasionadas pelo fenômeno populacional migratório. Nosso interesse é entender qual a participação dos ocupados em atividades agrícolas no cômputo total de ocupados nos pequenos municípios paranaenses; em especial, aqueles residentes em áreas consideradas rurais, tendo em vista que alguns autores do rural brasileiro (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000a; SOUZA, 2000a; DEL GROSSI, SILVA e BOTELHO, 2008; LAURENTI e DEL GROSSI, 2008a) informam o recrudescimento dessa ocorrência no rural contemporâneo.

2 OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS

No Censo de 2000, a população ocupada em atividades agrícolas no Estado do Paraná era de 814.291 pessoas; em 2010, diminuiu um pouco, passando para 788.363 pessoas. Da mesma forma, em 2000, 62,4% dos ocupados em atividades agrícolas residiam em pequenos municípios. Essa participação diminuiu um pouco em 2010, alcançando 59% de participação, como se apreende da Tabela 1 a seguir. Note-se que é muito pouco representativa a participação da população dos pequenos municípios paranaenses em atividades não agrícolas (17,6% em relação ao total de 2000 e 17,8% em 2010):

TABELA 1 – PESSOAS OCUPADAS, POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO – PARANÁ – 2000 E 2010

CLASSES DE TAMANHO DE POPULAÇÃO	ANO	PESSOAS OCUPADAS			
		Setor de Atividade			
		Agrícola	Não Agrícola	Mal especificadas	Total
PARANÁ	2000	814.291	3.186.713	54.736	4.055.739
	2010	788.363	4.215.362	304.098	5.307.823
MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES	2000	508.264	561.685	7.355	1.077.304
	2010	465.414	751.014	48.771	1.265.199
%MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES	2000	62,4	17,6	13,4	26,6
	2010	59,0	17,8	16,0	23,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

A Tabela 1 mostra a preponderância da atividade agrícola nos pequenos municípios do Paraná, cujos índices de participação foram 62,4% em 2000 e 59% em 2010 – no estado de São Paulo, por

³Artigo baseado no Capítulo 3 da tese do autor (CINTRA, 2013). As tabelas citadas, que constam do Anexo da tese, devem ser consultadas no original.

⁴As *atividades agrícolas* são aquelas relacionadas aos setores de atividade econômica ligados à agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquíicultura; as atividades não agrícolas constituem todas as outras possibilidades.

exemplo, em 2010, a participação das atividades agrícolas em pequenos municípios é mensurada em 40,7% (Tabela A.2.4). Considere o Gráfico 1 seguinte.

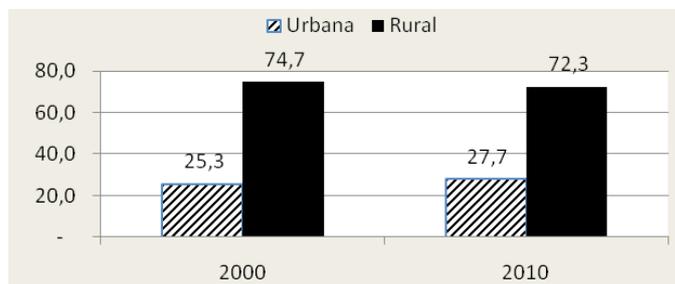


Gráfico 1 – participação relativa das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, por situação do domicílio – municípios até 20 mil hab. – Paraná – 2000 e 2010.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

A situação de domicílio dos ocupados em atividades agrícolas nos pequenos municípios paranaenses confirma também a preponderância de residência rural dessa população. Além disso, a última década traz um dado interessante: um discreto aumento da participação dos residentes em domicílios urbanos envolvidos em atividades agrícolas⁵. Esses dados corroboram a afirmativa dos clássicos da sociologia rural (SOROKIN; ZIMMERMAN e GALPIN, 1930) de que, à medida que diminui o tamanho dos municípios/áreas geográficas e aumenta a predominância de espaços naturais em seu território, a participação dos ocupados em atividades agrícolas, em relação ao total de ocupados, é significativa. Essa questão também se confirmará para o local de residência dos agricultores familiares, como afirmamos em trabalho anterior (CINTRA, 2010). Uma das características gerais dos pequenos (até 20 mil) e médios (entre 20 a 50 mil habitantes) municípios, de modo geral, é servir não só de trabalho mas também de moradia para importante parcela dos ocupados na agropecuária brasileira (veja WANDERLEY, 2009).

Seguindo as tendências já apontadas por alguns estudos acerca das ocupações agrícolas (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000a; SOUZA, 2000a), no Paraná, os pequenos municípios têm apresentado taxas negativas de participação (-0,9% a.a.) no período 2000/2010. Em algumas mesorregiões geográficas, a diminuição é ainda mais considerável, como mostra as ocorrências no Noroeste (-2,5%), Sudoeste (-1,6%) e Norte Pioneiro (-1,5%). No entanto em três mesorregiões, houve processo inverso, com aumento da população ocupada em atividades agrícolas, como foi o caso do Sudeste, da Metropolitana de Curitiba e do Centro-Oriental (ver Gráfico 6). Em termos absolutos, a população ocupada em atividades agrícolas diminuiu de 66 para 51 mil ocupados na mesorregião Noroeste; de 70 para 59 mil na Sudoeste; e de 79 para 70 mil no Norte Central, como se pode observar no gráfico a seguir.

⁵A esse respeito, chamamos a atenção para a ausência de delimitações mais precisas no Censo Demográfico de 2010 no que se refere a municípios com patamares populacionais acima de 100 mil habitantes e em processo de expansão das áreas urbanas. A dificuldade nessa delimitação inviabiliza a compreensão da dinâmica de alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba, em especial, acerca do processo de aumento das ocupações não agrícolas em áreas rurais das regiões metropolitanas.

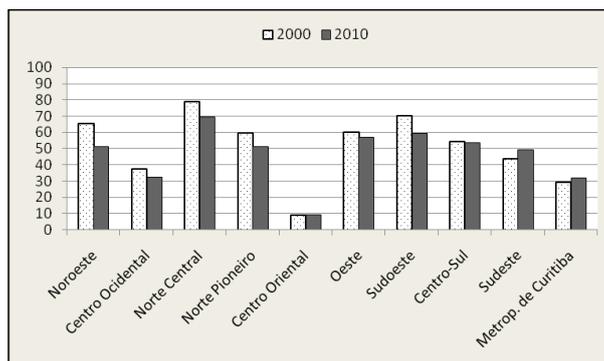
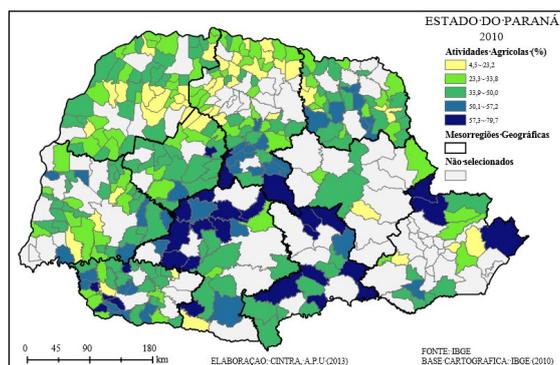


Gráfico 2 – pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo mesorregiões geográficas – municípios até 20 mil habitantes - paraná – 2000 e 2010 (1000 pessoas)
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Microdados da Amostra).
Nota: dados trabalhados pelo autor.

No período relacionado à última década, observa-se ainda, no Gráfico 2, certa estabilização da participação da população ocupada nos pequenos municípios em atividades agrícolas na mesorregião Centro-Oriental. O aumento da participação em ocupações agrícolas também é percebido nas mesorregiões Sudeste e Metropolitana de Curitiba.

A despeito da diminuição informada anteriormente (números absolutos), é ainda representativa (59,9%) a participação dos ocupados em atividades agrícolas (no total de ocupados) para a maioria dos pequenos municípios no estado do Paraná (Tabela A.2.5). Quanto a isso, é possível encontrar padrões espaciais da participação dos ocupados em atividades agrícolas no território do estado. Nos municípios paranaenses em que esse percentual é menor, observa-se a concentração nas mesorregiões mais ao norte do estado. Nos municípios em que a participação dos ocupados em atividades agrícolas é superior a 50%, a concentração ocorre nas áreas mais centrais, como nas mesorregiões Centro-Sul e Sudeste. Para efeitos de visualização dessas distribuições, formulamos o seguinte mapa com a participação da população dos pequenos municípios paranaenses ocupada nessa específica atividade, conforme o Censo 2010:



Mapa 1 – proporção de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, em relação ao total de ocupados. municípios até 20 mil habitantes – paraná – 2010
Fonte: IBGE 2010 – Base cartográfica.
Nota: Cintra, a.p.u (2013).

O que se pode observar do Mapa 5 é que, para uma parte considerável dos pequenos municípios do estado do Paraná, as ocupações agrícolas representam índices importantes dos ocupados. Isso demonstra que, apesar de as mudanças nos padrões ocupacionais investirem nos setores secundário e terciário da economia paranaense (Tabela A.2.6), a atividade agrícola continua a ter relevância nas pequenas localidades do estado; em vários casos, a ocupação agrícola apresenta impacto superior a 57% da população dos ocupados dos pequenos municípios. Esses dados permitem considerar o caráter preponderantemente rural desses municípios paranaenses (algo a que já fizemos menção em estudo anterior, 2007), valendo-lhes o qualificativo *municípios* agrícolas, pois, além de apresentarem características de municípios rurais (baixos patamar e densidade populacional), detêm altas proporções de ocupados agrícolas. É o caso dos municípios Porto Barreiro (79,7%), Goioxim (74,2%), Rio Bonito do Iguçu (73,2%), Guamiranga (71,5%), Bela Vista da Caroba (71,1%), Marquinho (70,4%) etc. Tais municípios, considerados agrícolas, apresentam também uma alta dependência espacial, o que caracteriza algumas mesorregiões do estado, o que é possível observar no Gráfico 3 a seguir.

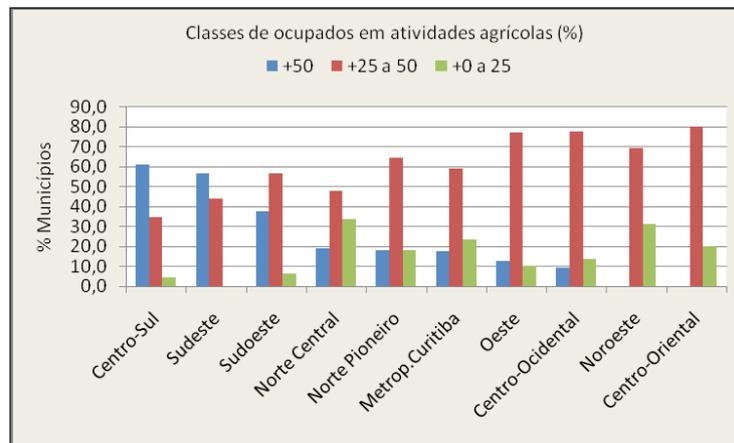


Gráfico 3 – participação relativa de municípios, por classes de ocupados em atividades agrícolas, segundo mesorregiões geográficas – municípios até 20 mil habitantes – paraná – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Na mesorregião Centro-Sul, é possível observar que mais de 60% dos municípios apresentam mais de 50% do total de ocupados em atividades agrícolas, ao passo que, na mesorregião Sudeste, a proporção de municípios nessa condição é mais da metade (53,6%), enquanto a mesorregião Sudoeste apresenta 37,5%. Nas mesorregiões Noroeste, Norte Central e Metropolitana de Curitiba, encontram-se as maiores proporções de municípios em que os ocupados em atividades agrícolas representam menos de 25% do total de ocupados. Esses dados mostram que, no caso das mesorregiões paranaenses, a evolução das atividades agrícolas para as não agrícolas apresenta tendências espaciais.

Considerando a natureza da ocupação, fica claro que existem vários rurais, não apenas um novo rural. Outra questão a ser considerada, quando se fala em atividades não agrícolas, é a existência de atividades do setor secundário (indústria de transformação) relacionadas a produtos agrícolas, como, por exemplo, a fabricação de

produtos derivados da carne, de conservas de frutas, legumes, laticínios etc. Em determinados estabelecimentos agropecuários, alguns membros da família podem estar ocupados em atividades agrícolas (bovinocultura leiteira), enquanto outros dão conta das atividades não agrícolas – na agroindústria rural (laticínios), sendo que ambas as atividades relacionam-se à produção primária e coexistem no mesmo estabelecimento.

A agroindústria rural tem um papel importante na ocupação de determinadas mesorregiões geográficas, como, por exemplo, na mesorregião Noroeste (8,9%), na Norte Central (7,2%) e Oeste (5,0%). Parte das ocupações relacionadas à cadeia produtiva da cana-de-açúcar encontra-se na indústria de biocombustíveis, sendo que, no caso dos pequenos municípios, as principais mesorregiões que empregam nesse setor de atividade são a Noroeste e a Norte Central (ver Tabela A.2.7).

No tópico a seguir, apresentaremos as mudanças ocupacionais no âmbito das famílias residentes em áreas rurais e urbanas dos pequenos municípios paranaenses na última década, a fim de entender os arranjos ocupacionais familiares.

3 ARRANJOS FAMILIARES NO RURAL E NO URBANO

Os principais estudos a respeito das transformações ocorridas no rural brasileiro, em especial, na atividade agrícola, têm sido publicados pelo Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA), vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP, por meio do Projeto RURBANO⁶. Muitos dos trabalhos contam com a organização de Clayton Campanhola e José Graziano da Silva (2004, 2000a, 2000b), que vêm procurando apresentar o rural brasileiro com características semelhantes ao dos países desenvolvidos. Um dos destaques refere-se à interpretação de que as ocupações das atividades agrícolas no meio rural têm reduzido sistematicamente o seu peso, gerando um número cada vez menor de renda; em contrapartida, as das não agrícolas nesse meio têm aumentado, propiciando melhor remuneração que as obtidas naquela atividade. Tais estudos apontam que não se pode caracterizar o rural brasileiro como estritamente agrícola, afirmando o crescente aumento de famílias pluriativas.

Marcelino de Souza (2000a/b) colabora para a referida orientação. Sua análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) do período 1992-1998, por exemplo, que quantificou ocupação e renda de pessoas e famílias agrícolas e rurais no Paraná, apontou tanto a ocorrência de decréscimo dos trabalhos agrícolas como o aumento das ocupações não agrícolas. Esse e outros trabalhos acadêmicos têm seguido a linha analítica definida pelo Projeto RURBANO com base nos resultados das PNADs, procurando analisar as transformações que ocorrem nos níveis territoriais passíveis de análise, quais sejam: a unidade da Federação, a região metropolitana e a região não-metropolitana. Registre-se que, até o momento, mesorregiões, microrregiões e municípios não podem ser verificados pelas PNADs, somente pela base de microdados dos Censos (IBGE), tal como se adota aqui, permitindo uma análise mais localizada e, pela natureza da fonte, mais especializada da informação.

A evolução das famílias agrícolas e pluriativas no Brasil, no período 2001 a 2005, pode ser encontrada na análise de Del Grossi, Silva e Botelho (2008). Os autores destacam os fluxos migratórios recentes a partir das PNADs do IBGE. Com abordagem semelhante a Marcelino de Souza (2000a), mas considerando o período 2001 a 2006 e a inclusão de dados do estado do Paraná, Laurenti e Del

⁶Projeto originalmente coordenado por José Graziano da Silva / UNICAMP.

Grossi (2008a) verificam o aumento da população rural ocupada em atividades não agrícolas, que, para eles, é conceituada como a tendência definidora do “novo rural” brasileiro. Corroborando as novas tendências observadas no rural, em outro artigo, os autores defendem a ideia de que o “novo rural” persiste como noção relevante para equacionar o desenvolvimento rural brasileiro (LAURENTI e DEL GROSSI, 2008b).

Com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 para os pequenos municípios paraenses, é possível observar as tendências identificadas nesses estudos, em especial aos relacionados à diminuição das famílias agrícolas e ao aumento das famílias pluriativas e não agrícolas⁷.

No período em foco (2000 e 2010), nos municípios até 20 mil habitantes, as famílias agrícolas paraenses diminuíram -1,65% a. a., enquanto as famílias pluriativas e não agrícolas cresceram 1,82% e 2,94% a. a., respectivamente. É salutar registrar que, tanto no caso da população total como no da população rural, o crescimento do número de famílias não ocupadas é próximo ao das famílias não agrícolas. Tais mudanças, entretanto, apresentam diferenças relevantes se se considerar que os municípios constituem as regiões metropolitanas (Tabelas A.2.8 e A.2.9). A diminuição do número de famílias e de pessoas ocupadas é observada também nos municípios com população acima de 20 mil habitantes (Tabelas A.2.10 e A.2.11).

Na Tabela 2, pode-se notar que a participação percentual das famílias com membros ocupados em atividades agrícolas em 2010 (famílias agrícolas e pluriativas) é de 35,3%. Nas áreas consideradas rurais, essas famílias representavam 67,6% do total dos residentes.

TABELA 2 – NÚMERO DE FAMÍLIAS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	FAMÍLIAS				TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) 2000/2010
		Ano				
		2000		2010		
		N	%	N	%	
Urbana	Agrícola	55.308	13,3	50.223	9,5	-0,96
	Pluriativa	41.427	10,0	50.757	9,6	2,05
	Não Agrícola	245.296	59,0	330.779	62,3	3,04
	Não ocupadas	73.820	17,8	98.888	18,6	2,97
	Total	415.850	100,0	530.647	100,0	2,47
Rural	Agrícola	166.073	61,3	137.260	51,2	-1,89
	Pluriativa	37.675	13,9	44.006	16,4	1,57
	Não Agrícola	37.124	13,7	46.741	17,4	2,33
	Não ocupadas	30.071	11,1	40.026	14,9	2,90
	Total	270.941	100,0	268.032	100,0	-0,11

⁷A respeito das estratégias de inserção dos membros das famílias nos setores de atividade agrícola e não agrícola, consideramos a população residente em a) *famílias agrícolas* (em que os membros estavam ocupados somente em atividades agrícolas); b) *famílias pluriativas* (em que os membros estavam ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas); c) *famílias não agrícolas* (membros ocupados em atividades não agrícolas); e d) *famílias não ocupadas* (em que não havia nenhum ocupado no domicílio).

Total	Agrícola	221.381	32,2	187.483	23,5	-1,65
	Pluriativa	79.101	11,5	94.763	11,9	1,82
	Não Agrícola	282.419	41,1	377.520	47,3	2,94
	Não ocupadas	103.890	15,1	138.914	17,4	2,95
	Total	686.792	100,0	798.679	100,0	1,52

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Ao se analisar a média de moradores por família nos pequenos municípios, verifica-se, ao longo da última década, que o número médio de moradores diminuiu de 4,2 para 3,6 moradores: uma redução de -14% no período. O maior número de moradores tem sido observado nas famílias pluriativas (4,8), seguido pelas famílias agrícolas (4,4). Aqui também não é possível constatar diferenças significativas no tamanho das famílias residentes no urbano e no rural, exceto no das famílias não ocupadas, nas quais o número de moradores residentes em áreas rurais é maior do que em áreas urbanas.

TABELA 3 – NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR FAMÍLIA, E VARIAÇÃO RELATIVA (%), SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES – PARANÁ – 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR FAMÍLIA		
		ANO		VARIAÇÃO RELATIVA (%) 2000/2010
		2000	2010	
Urbana	Agrícola	4,2	3,6	-14
	Pluriativa	4,7	4,0	-14
	Não Agrícola	4,0	3,6	-10
	Não ocupadas	3,0	2,6	-12
	Total	4,0	3,5	-11
Rural	Agrícola	4,5	3,8	-17
	Pluriativa	5,0	4,1	-18
	Não Agrícola	4,4	3,8	-13
	Não ocupadas	3,5	3,1	-12
	Total	4,5	3,8	-16
Total	Agrícola	4,4	3,7	-16
	Pluriativa	4,8	4,1	-16
	Não Agrícola	4,0	3,6	-10
	Não ocupadas	3,2	2,8	-12
	Total	4,2	3,6	-14

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

A acentuada diminuição do número de membros das famílias é uma realidade (rural e urbana) na atualidade. Porém, mais especificamente no caso das famílias rurais, em todas as referências – agrícola, pluriativa, não agrícola e não ocupadas (veja também a Tabela 4) – essa situação gera influências diretas na agricultura familiar, podendo, em alguns casos, beneficiar ou não a sua dinâmica sucessória.

Segundo Spanevello (2008), duas questões principais permeiam essa dinâmica sucessória da agricultura familiar. A primeira está relacionada à existência de estabelecimentos que permitem a instalação de apenas um filho para evitar a inviabilidade econômica dos mesmos; a segunda deriva da influência das condições econômicas e sociais dos estabelecimentos na permanência dos filhos na atividade agrícola. Nos domicílios onde já existe população envelhecida, as lógicas de sucessão ou não dos estabelecimentos familiares, alinhadas à existência ou não de sucessores, é que vão nortear a manutenção ou a venda dos estabelecimentos, numa tentativa de assegurar a assistência aos pais na velhice.

Por outro lado, há parcela considerável de famílias rurais que possuem mais de quatro membros (39,4%). Esse fato sugere maiores possibilidades de manutenção da transmissão do saber do campo – interpretação que se alinha aos estudos clássicos da agricultura familiar e da reprodução do campesinato (WOORTMANN, 1995; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Ainda a respeito do recrudescimento populacional, é preocupante o aumento de famílias identificadas com apenas um morador no estado do Paraná – resultado esse que deve motivar futuras pesquisas acerca das demandas relacionadas à assistência social. No âmbito dos estudos rurais, devido às transformações observadas na dinâmica populacional, as pesquisas de base demográfica devem servir de suporte mais adequado às políticas públicas de desenvolvimento rural, o que não ocorre com ênfase. Dadas as particularidades desse estado, os estudos sobre a ruralidade devem ser específicos para cada espacialidade, pois, por exemplo, determinadas mesorregiões rurais no Paraná sofreram processos de envelhecimento mais acentuados, enquanto em algumas localidades paranaenses (mesorregião Centro-Sul), as populações são mais jovens. Trataremos um pouco mais desse aspecto a seguir.

4 AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Nesta seção, interessa-nos compreender algumas particularidades da *posição na ocupação*⁸ (agrícola) da população ocupada nos pequenos municípios paranaenses. São informações que permitem uma aproximação com as diferentes dinâmicas do processo de trabalho ali encontradas. Até o momento, tendo observado a proporção de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas segundo as mesorregiões, bem como sua distribuição segundo a situação do domicílio, consideremos, especificamente, a *posição na ocupação* agrícola.

⁸“*Posição na ocupação*” é a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha (IBGE, 2000, p.113).

Segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012), do total de pessoas ocupadas, 54% eram *empregados* (com e sem carteira), 28% eram *conta-própria* e 11,1% constituíam os *não remunerados*⁹, como apresenta a Tabela 5 a seguir. Entre os residentes em áreas rurais que pertenciam a *famílias agrícolas*, os maiores percentuais estavam no contingente dos *conta-própria* (40%) e dos *não remunerados* (27,0%) que, em conjunto com a categoria dos *trabalhadores na produção para o próprio consumo*, são considerados ocupações da *agricultura familiar*.

A principal diferença observada nos ocupados que pertenciam a *famílias agrícolas* residentes em áreas rurais e urbanas está no fato de os residentes no meio urbano predominarem na posição de empregados (73%), enquanto essa posição é de apenas 24% no meio rural. Como mostraremos mais adiante, essas diferenças apresentam dependência espacial, ou seja, há determinadas mesorregiões geográficas com predomínio de ocupados na agricultura e residentes no meio rural, especificidade espacial também ligada à posição na ocupação.

TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE PESSOAS OCUPADAS, POR TIPOLOGIA DE FAMÍLIA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HAB. - PARANÁ - 2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PESSOAS OCUPADAS (%)			
		Tipologia de família			
		Agrícola	Pluriativa	Não Agrícola	Total
Urbana	Empregados com carteira de trabalho assinada	31	32	39	37
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	42	40	28	32
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	3	5	4
	Empregadores	2	2	4	3
	Conta própria	19	19	22	21
	Não remunerados	4	3	2	3
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2	2	0	1
	Total	100	100	100	100

⁹*Conta própria* – pessoa que, na semana de referência, trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado; *Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio* – pessoa que trabalhou sem remuneração durante, pelo menos, uma hora na semana de referência, em ajuda a membro do domicílio que era empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou piscicultura); ou conta própria ou empregador em qualquer atividade; *Empregado* – pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, em mercadorias, em produtos ou em benefícios, como: moradia, alimentação, roupas etc.; *Trabalhador na produção para o próprio consumo* – pessoa que trabalhou durante, pelo menos, uma hora na semana de referência, na produção de bens do ramo que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura, destinadas exclusivamente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio (IBGE, 2003a, p. 250).

Rural	Empregados com carteira de trabalho assinada	10	22	40	16
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	14	25	28	18
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	2	4	1
	Empregadores	1	1	2	1
	Conta própria	40	31	23	36
	Não remunerados	27	15	3	22
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7	5	0	6
	Total	100	100	100	100
Total	Empregados com carteira de trabalho assinada	14	27	39	28
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	20	32	28	26
	Militares e funcionários públicos estatutários	0	2	5	3
	Empregadores	1	1	4	2
	Conta própria	36	25	22	28
	Não remunerados	23	9	2	11
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6	3	0	3
	Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra)

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Em relação aos ocupados que pertencem a *famílias pluriativas*, verifica-se que os residentes em áreas urbanas não se diferenciam dos ocupados que pertencem a *famílias agrícolas* residentes em áreas urbanas. Por outro lado, os ocupados que constituem a *famílias pluriativas* residentes em áreas rurais diferenciam-se dos ocupados pertencentes a *famílias agrícolas* em áreas rurais pelo fato de, entre seus membros, existir aproximadamente metade dos ocupados na posição de empregados.

O que se apreende dos dados é que a estrutura da posição na ocupação dos ocupados em *famílias agrícolas* ainda mantém o predomínio nas posições que representam características da agricultura familiar, em que o chefe da família ou o cônjuge é recenseado como *conta própria*, enquanto os demais membros da família são recenseados como *não remunerados*¹⁰. Consideremos um pouco mais a respeito, observando as taxas de crescimento dos ocupados segundo a posição na ocupação na última década (2000/2010), conforme apresenta a Tabela 6 a seguir.

¹⁰No Censo Demográfico 2000, essa posição denominava-se “não remunerados em ajuda a membro do domicílio” (IBGE, 2003a).

TABELA 6 – TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE PESSOAS OCUPADAS, POR TIPOLOGIA DE FAMÍLIA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO. PARANÁ – 2000/2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
		Tipo de família			
		Agrícola	Pluriativa	Não Agrícola	Total
Urbana	Empregados com carteira de trabalho assinada	-0,5	4,5	6,1	5,3
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-4,1	-1,4	1,7	0,2
	Militares e funcionários públicos estatutários		4,5	5,2	5,1
	Empregadores	-5,3	0,2	0,7	0,2
	Conta própria	1,8	1,8	1,8	1,8
	Não remunerados	-12,8	-6,5	-3,0	-5,1
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	16,4	14,3		15,5
	Total	-0,8	1,9	3,7	2,9
Rural	Empregados com carteira de trabalho assinada	-1,3	3,3	5,3	2,3
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-1,5	-0,2	2,5	-0,3
	Militares e funcionários públicos estatutários		0,3	2,4	1,3
	Empregadores	-8,5	-3,9	-0,6	-5,0
	Conta própria	0,7	1,9	1,9	1,0
	Não remunerados	-15,3	-4,9	7,3	-12,0
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7,9	7,3		7,8
	Total	-1,6	1,3	3,7	-0,2
Total	Empregados com carteira de trabalho assinada	-1,0	4,0	6,0	4,6
	Empregados sem carteira de trabalho assinada	-2,5	-0,9	1,8	0,1
	Militares e funcionários públicos estatutários		2,6	5,0	4,6
	Empregadores	-6,9	-0,8	0,6	-0,4
	Conta própria	0,8	1,8	1,8	1,4
	Não remunerados	-15,2	-5,2	-0,8	-10,7
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	8,7	9,2		8,8
	Total	-1,4	1,6	3,7	1,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados da Amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Os dados permitem observar que, para os municípios analisados, são válidas as hipóteses apresentadas por Bazzotti, Nazareno e Cintra (2009) acerca das mudanças ocupacionais das famílias agrícolas do Paraná. Tomando por base as PNADs e considerando, de modo geral, a dinâmica para todo o estado, em seu artigo, os autores ressaltam a diminuição dos *não remunerados* e um aumento significativo dos trabalhadores na produção para o próprio consumo. Esse mesmo comportamento se observa nos pequenos municípios, pelo que se apura dos dados da Tabela 6.

Tanto em situação de domicílio rural como urbano, é possível registrar altas taxas de crescimento negativo de ocupações não remuneradas. No caso dos ocupados pertencentes a famílias agrícolas, a diminuição foi de -12,8% a.a. em áreas urbanas e de -15,3% a.a. em áreas rurais. Do ponto de vista da estrutura dos arranjos familiares, os dados do Censo Demográfico 2010 apontam para o crescimento dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, pelo que entendemos, com base em dois fenômenos: um de ordem demográfica, outro de ordem cultural.

O primeiro fenômeno refere-se à diminuição do número de membros da família. Uma das características que diferenciam os *conta própria dos trabalhadores na produção para o próprio consumo* é a renda auferida da venda de mercadorias. Uma questão que merece mais pesquisas é a possibilidade de os ocupados daquela posição transformarem-se em ocupados desta posição, com a saída de outros membros da propriedade, em especial dos filhos, inviabilizando a escala produtiva que antes seria destinada ao mercado. Parte dessa dinâmica da posição na ocupação foi encontrada em famílias com apenas dois membros.

O segundo fenômeno diz respeito à diminuição da hierarquia familiar na última década, que pode ser entendida da seguinte maneira: nas famílias em que o chefe detém a administração do processo produtivo, ele foi considerado o *conta-própria*, pois a estrutura familiar permite a venda de um excedente para o mercado com a geração de uma receita monetária, sendo que todos os demais membros, segundo a lógica da família camponesa, seriam *não remunerado sem ajuda a membro do domicílio*. O que foi encontrado nos dados do Censo 2010, é que, em muitas famílias, um dos filhos ou outro parente apresenta uma posição na ocupação que não segue a lógica da agricultura familiar.

Outro ponto importante nesse tema, é que tais dados apontam para as mudanças observadas nos estudos dos pesquisadores do Projeto RURBANO, ou seja, a confirmação da diminuição das famílias agrícolas e do aumento das famílias pluriativas e não agrícolas em áreas rurais. No entanto, os indicadores mostram, ainda, que as taxas de crescimento das famílias não agrícolas (e dos ocupados nessas famílias) são menores nas áreas rurais dos pequenos municípios do que nas áreas rurais do Paraná dos municípios com mais de 100 mil habitantes (ver Tabelas A.2.8 e A.2.9), confirmando nossa hipótese, segundo a qual as *novas ruralidades*¹¹ crescem a taxas geométricas menores nos pequenos municípios em relação às demais áreas rurais do estado – outros estudos sobre as áreas rurais dos municípios paranaenses com mais de 20 mil habitantes seriam interessantes para confrontar o que se observa. Nos pequenos municípios, pelas características das famílias, ainda é possível encontrar a clássica definição do rural enquanto espaço de trabalho e moradia.

Em relação à posição na ocupação dos residentes em áreas rurais pertencentes às famílias agrícolas, novamente, os dados censitários de 2010 apresentam a persistência de diferenças significativas

¹¹O aumento das famílias pluriativas e não agrícolas em áreas rurais metropolitanas ressignifica o rural como um local de moradia, dissociando cada vez mais da clássica função do rural como local de *trabalho e moradia*; em determinados casos, vem prevalecendo, no rural metropolitano, o espaço *de lazer*.

entre as mesorregiões, como já apontado por Cintra (2007). Enquanto nas mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central e Norte Pioneiro predominam o contingente dos *empregados*, nas outras mesorregiões prevalecem as ocupações de *conta-própria, não remunerados* e trabalhadores na produção para o *próprio consumo*, que são ocupações preponderantes na agricultura familiar.

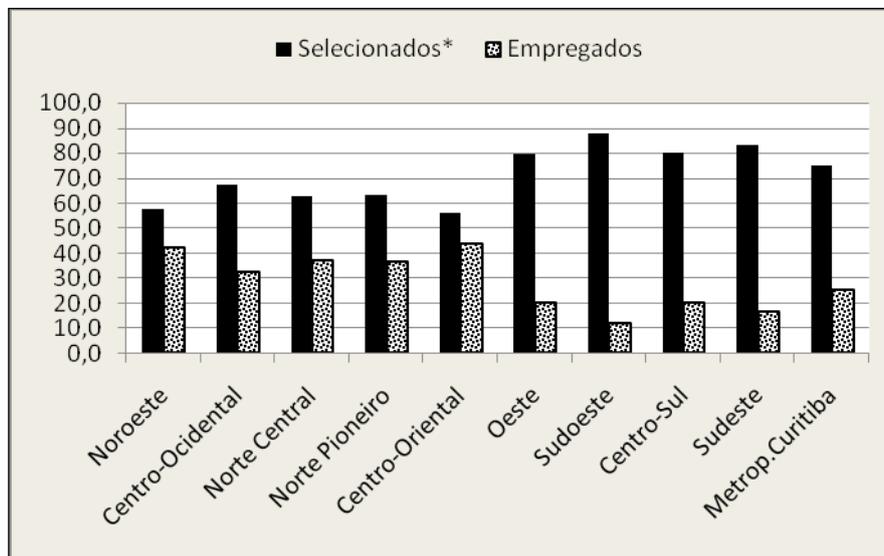


Gráfico 4 – participação relativa das pessoas ocupadas, pertencentes a famílias agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a posição na ocupação – municípios até 20 mil habitantes – Paraná - 2010

Fonte: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO (Microdados amostra).

Nota: dados trabalhados pelo autor. Selecionados: *Conta própria, não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da mensuração da população ocupada segundo as seções de atividade do trabalho principal ao longo do período analisado (2000 a 2010), reitera-se a relevância do setor agrícola/agropecuário para a dinâmica da vida social dos pequenos municípios paranaenses, segundo as suas mesorregiões. A principal questão, aqui investida, é a de que a ocupação das áreas rurais dos pequenos municípios continua sendo predominantemente agrícola, com uma proporção de ocupados nessa atividade superior àquelas encontradas nas demais áreas rurais do estado do Paraná, mesmo em relação às áreas rurais de outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Embora a população residente nos pequenos municípios seja de apenas um quarto (24,4%) da população paranaense em 2010, em relação aos ocupados em atividades agrícolas, os residentes nesses municípios equivalem a 59% do total de ocupados em atividades agrícolas no estado no referido ano. Se, por um lado, as ocupações agrícolas têm apresentado redução no período de análise de -0,9% ou -1,2% para os residentes em áreas rurais, por outro, a participação dessas ocupações no total das ocupações

dos pequenos municípios mostra que a atividade ainda tem peso considerável nos municípios aqui analisados, sendo que, em alguns deles, representa mais da metade das ocupações do município. O que defendemos é que as *novas ruralidades* são mais visíveis atualmente nas áreas rurais das médias e das grandes cidades, principalmente em áreas rurais metropolitanas (ver Tabelas A.2.10 e A.2.11).

No caso específico das ocupações das áreas consideradas rurais, embora o aumento das ocupações não agrícolas seja considerável (1,6%), não foi suficiente para permitir que a taxa de crescimento dos ocupados (-0,2%) fosse positiva, ou seja, no conjunto dos municípios analisados, não é possível evidenciar “uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola pela criação de inúmeras ‘novas atividades’ não agrícolas no meio rural”, como salienta Campanhola e Silva (2000a, p.8) acerca do novo rural brasileiro. O aumento dos ocupados no meio rural paranaense foi observado apenas nos municípios inseridos na Região Metropolitana de Curitiba. Ao se considerar as áreas rurais dos municípios do estado do Paraná como um todo, houve um aumento de apenas 0,2% na taxa dos ocupados, sendo que esse valor é devido ao indicador da RM de Curitiba, que foi de 1,9% no período. Nesses municípios em áreas de influências metropolitanas, é possível falar da *emergência de novas ruralidades* que tem revertido a queda dos ocupados residentes nessas áreas. Entretanto, não é o caso dos municípios paranaenses até 20 mil habitantes.

Do ponto de vista do arranjo das famílias que residem no meio rural, ainda foi possível observarmos que, em 2010, 67,6% dessas famílias contavam com, pelo menos, um membro ocupado em atividades agrícolas. Todavia, a proporção de famílias em que todos os membros ocupados estão em atividades agrícolas reduziu para quase a metade (51,2%). Além do aumento das famílias *pluriativas* (1,57% a.a.), os resultados apontam para um aumento considerável das famílias com membros *não ocupados* (2,9 % a.a). As mudanças nos arranjos familiares, segundo as ocupações, estão associadas às questões demográficas, haja vista que, nas áreas rurais, a proporção de famílias com apenas um membro gira em torno de 10% do total; e que as famílias com dois membros representam 25% do contingente.

Observamos que a diminuição do número de membros ocorreu principalmente entre aqueles cuja posição na ocupação era o de *não remunerados*, o que, em muitos casos, tem se constituído no grupo dos jovens que emigram para outros locais em busca de trabalho ou de estudo. Nesse sentido, foi notada uma mudança social entre as posições ocupacionais de acordo com a disponibilidade da mão de obra no interior da família e também devido às mudanças na hierarquia familiar¹². Muitos dos filhos que permaneceram no interior das famílias residentes no meio rural deixaram de ser “não remunerados”, passando a ocupar as posições de *conta própria* ou de *trabalhadores na produção para o próprio consumo*.

Em relação às ocupações, as diversas mesorregiões paranaenses têm mantido um quadro de heterogeneidade; como já destacado por Brandenburg, Ferreira e Santos (2004, p.119-125), em relação aos seus aspectos sociais, produtivos, técnicos, biológicos, espaciais e cognitivos, o meio rural não sofreu um processo de homogeneização pela modernização da agricultura, devendo ser levado em consideração a *heterogeneidade* desse espaço sociogeográfico.

¹²Tabulações especiais baseadas nos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012).

REFERÊNCIAS

BAZOTTI, A.; NAZARENO, L. R.; CINTRA, A. P. U. . Um ensaio sobre as famílias agrícolas paranaenses a partir das PNADs 1992, 1998, 2005 E 2007. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 117, p. 123-145, 2009.

BRANDENBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais...** 2005. FAFICH/UFMG - Belo Horizonte, MG.

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. **Dimensões socioambientais do rural contemporâneo, desenvolvimento e meio ambiente: teoria e metodologia em meio ambiente e desenvolvimento**, 10. ed. Curitiba,. p.119-125, jul. 2004. ISBN: 1518-952X.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. 1. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. v. 5. 495p.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. 1a.. ed. Jaguariúna - SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000(a). v. 1. 190 p.

CAMPANHOLA, Clayton. (Org.); GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. 1a. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000(b). v. 3. 218 p.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Os pequenos municípios no Paraná: permanências e mudanças no rural (Censos, 2000-2010)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. O lugar da agricultura familiar no espaço rural brasileiro. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. **Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político**. Curitiba - PR: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, v. 1. p. 1-11, 2010.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Espaços Rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios**. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPR.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, Camila Marques Viana; BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **Migrações na agricultura familiar e de assalariados agrícolas**. IN: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais**. Brasília: SOBER, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010: microdados da amostra - Paraná (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2012. In: **IBGE: Resultados do Censo Demográfico 2010**, 2012. Disponível em <ftp.ibge.gov.br> Acesso em: 20 mai. 2012.

_____. **Censo demográfico 2000**: Microdados da amostra - PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. (CD-ROM)

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Série Relatórios Metodológicos. v.25. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2000**. vol 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A nova ruralidade brasileira e os desafios do reajusta da P&D para a agropecuária. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais**. Brasília: SOBER, 2008(b).

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A recente demografia nas áreas rurais propriamente dita e o novo rural brasileiro. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais**. Brasília: SOBER, 2008(a).

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. **A Systematic Source Book In Rural Sociology**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930. vol I. Disponível em: <http://www.archive.org/details/systematicsource014430mbp> Acesso em: 22 abr. 2007

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. Campinas, 2000(a). Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Programa de Pós Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, Marcelino de. Caracterização e evolução das ocupações das pessoas e das famílias agrícolas e rurais no contexto paranaense: uma análise a partir dos dados das PNADs. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual - Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000(b), p. 81-118.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Editora Hucitec/EdUnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas Axel Anton Wessel. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed.UnB, 1997.

O espaço rural como construção social: agentes políticos e instituições no processo de relações da agricultura familiar

Denes Dantas Vieira¹³

RESUMO

O presente artigo desenvolve suas análises tendo como ponto de partida as práticas sociais dos agentes da agricultura familiar. O objetivo deste artigo é refletir sobre as redes de articulação social e política, suas organizações e instituições prevaletentes e originadas de uma trajetória social que produziu um *habitus* coletivo entre os agentes da agricultura familiar no território do Sertão do Apodi no estado do Rio Grande do Norte. Os conceitos de *habitus*, de Campo e de capital do sociólogo Pierre Bourdieu servem de apoio teórico para as análises do trabalho. Foram realizadas entrevistas com lideranças e integrantes das ações desenvolvidas nas redes de relacionamentos do território. Como conclusão, aponta para a construção de um campo relacional bastante peculiar para atuação desses agentes no Sertão do Apodi. Mesmo com as semelhanças e as diferenças identificadas e analisadas na construção do campo, as relações sociais dos agentes no território resultam em uma diversidade de consensos e de conflitos que são essenciais para o que resultaram as relações sociais dos agentes da agricultura familiar no Sertão do Apodi: capital social construído e mobilizado de forma não, necessariamente, horizontalizada, mas com destaque e capacidade de produzir ganhos de variadas ordens para seus grupos sociais.

Palavras-chave: agricultura familiar. Capital social. *habitus*.

ABSTRACT

The article develops its analysis taking as its starting point the social practices of family farming agents. This article aims to reflect on the networks of social and political articulation, their organizations and prevailing institutions originated in a social history that produced a collective *habitus* between agents of family farming in the territory of Apodi, Rio Grande do Norte state. The concepts of *habitus*, field and capital of Pierre Bourdieu serve as theoretical support for the analysis of the work. Leaders and members were interviewed with the actions developed in spatial relationship networks. As a conclusion, it aims to a very peculiar relational field construction to the performance of these agents in the backland of Apodi. Despite the fact the relational field in the territory has been structured under the same prevailing institutions, such as, church, syndicate, and political party, the social practice of the agents seems to be oriented as from varied social and political positioning. Even with the identified and analysed similarities and differences in the construction of the field, the social relations of the agents in the territory

¹³Doutor em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRN, professor adjunto do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF e Pesquisador do Laboratório de Estudos Rurais da UFRN.